

Brasil

Muito além da aritmética

Cristiano Romero



Certa feita, uma jornalista se aproximou do economista Luiz Guilherme Schymura, presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, e perguntou o que ele achava da necessidade de corte dos gastos públicos e da implantação no Brasil do "Estado mínimo". Sem pestanear, Schymura respondeu: "Você está fazendo a pergunta à pessoa errada. Eu tive condições de estudar e ter hoje um doutorado. Meu escritório na FGV é grande, tem ar-condicionado e vista para o Pão de Açúcar. Eu não uso quase nada dos serviços públicos. Você deve fazer essa pergunta a quem precisa do Estado".

Há quem veja na resposta de Schymura um viés antiliberal ou até mesmo um deboche. O Estado brasileiro está quebrado e o gasto público precisa, sim, ser reduzido. Não é inani-

antes, te de bre ição liberal do Rio, do na FGV, liro mais liberal do

inguem pobres e difusos

incoerência, de de Anel imo ano do lenrique do em 2004 e Luiz Inácio um ano idado. Assim o do PT não incia dos instituída por pois de o fim dos i. Luter, ali, ração de um a, Schymura ntender a leira.

que "o Brasil novos" para quem o economista, Schymura diz — ali, sim, com uma boa dose de ironia — que a solução dos problemas está na aritmética. Hoje, com exceção de setores do funcionalismo público, todos sabem que o país tem um saliente déficit nas contas da Previdência Social e dos aposentados dos servidores públicos. Negar a existência do buraco é equivalente a dizer que o aquecimento global é uma ficção criada pelos países ricos para impedir o desenvolvimento dos pobres.

Os gastos com aposentadorias pensões já consomem 57% das receitas da União. Se nada for feito, a conta chegará a 80% do Produto Interno Bruto (PIB) em dez anos, justamente quando o boom demográfico (a existência de mais trabalhadores na ativa do que aposentados) estará se esgotando. Na entrevista arca-quartel que concedeu ao Valor, publicada na última sexta-feira, Schymura observou que, aplicando-se a solução aritmética, bastaria matar os idosos para resolver o problema previdenciário. Depois disso, a economia cresceria 10% ao ano.

"Isso é aritmética, não é o mundo", adverte Schymura. A alusão, claro, é às soluções técnicas que, mesmo formuladas de maneira brilhante, são forçadas por economistas dentro

de gabinetes em Brasília. Esta é uma boa pista para se entender por que muitas leis e políticas públicas no Brasil não saem do papel. É preciso ir além da aritmética: para serem certas, mudanças nas regras do jogo precisam ser pactuadas na sociedade. Sem isso, tornam-se letras mortas.

O problema fiscal brasileiro é gravíssimo. Desde 1991, os gastos da União crescem, em média, 6% ao ano em termos reais, isto é, descontada a inflação. Em algum momento, essa pirâmide ia desmoronar. A ex-presidente Dilma Rousseff resolveu dar um empurrãozinho lá de cima ou abaixo, a depender da perspectiva de quem observa — entre 2008 e 2015, quando ela mandava no Planalto Central, a despesa avançou 50% em termos reais. Como as políticas de Dilma jogaram o país numa longa recessão, no mesmo período as receitas cresceram apenas 15% e a diferença foi coberta com dívida.

Neste momento, o governo não consegue baixar o déficit primário (que não considera o gasto com juros) abaixo de 2,5% do PIB. Se nada for feito, a dívida, que vem crescendo a ordem de dez pontos percentuais de PIB por ano, tomar-se-á insustentável. Já vimos esse filme em 1982, 1987, 1990, quando houve o confisco das contas bancárias, um congelamento forçado da dívida pública. O resultado foi hiperinflação, baixa investimento e crescimento desempregado.

Diante dessa tragédia, Schymura recusa-se a pensar apenas como um técnico que precisa achar solução para um problema econômico. Sua preocupação é o teto de gastos inscrito na Constituição pelo governo Temer. Por essa regra, a despesa da União não poderá crescer em termos reais durante dez anos. O problema é que vinha subindo 6% acima da inflação. Como alguns gastos, como o da Previdência, é obrigatório e cresce de maneira vegetativa, fica ainda mais difícil ficar dentro do teto.

Que setor da sociedade vai ceder para que a União se ajuste ao teto? Há o consenso, diz Schymura, da necessidade de um ajuste fiscal, "mas desde que o ônus seja do outro". Como não há acordo, até porque geralmente esse tipo de medida não é negociado antes com os segmentos afetados, o risco de crise institucional nos próximos dois anos é considerável. Como as punições pelo não cumprimento do teto de gastos — o chamado "fiscalismo" e os aposentados, a chance de o assunto terminar na Justiça é grande.

Para Schymura, o problema é institucional. Brasília, como Washington e outras capitais de países democráticos, é dominada por grupos de interesses específicos. Uma obrigação do orçamento de despesas tributárias e nas políticas públicas é suficiente para obter quem são os donos do poder. É bom que se diga que esses são representados por todos os estratos da pirâmide social, com exceção dos pobres.

Durante os últimos anos em que comandou a Receita Federal, Everardo Maciel, desafiava, depois de gastar muita energia tentando conter ataques à renda nacional: "Pobre não tem representante em Brasília". É o que Schymura destaca como "interesses difusos": ninguém os defende, a não ser, os populistas de esquerda e direita, que costumam dar escola aos desavorecidos, em vez de adotar políticas que os emancipem.

O teto é uma medida radical e emergencial. O problema do Ibre acha, apenas, que ele não será cumprido e a solução do problema fiscal será dada, mais uma vez, na história do país, pela explosão da inflação. Sendo assim, novamente, o grosso da conta será pago por quem não tem representantes no Planalto Central: eles, os pobres.

Cristiano Romero é editor-executivo do Valor. Escreve às quartas-feiras. E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Especialistas temem que ambiente se torne objeto de barganha política

CENÁRIOS 2018

Meio-ambiente

Daniela Chiaretti De São Paulo

A perspectiva da agenda socioambiental no Brasil em 2018 é tão imprevisível quanto o resultado das eleições. Não há nenhum entusiasmo entre ambientalistas. O temor é que a pauta funcione como moeda de troca nas articulações políticas entre governos e congressistas em detrimento de direitos sociais e do ambiente.

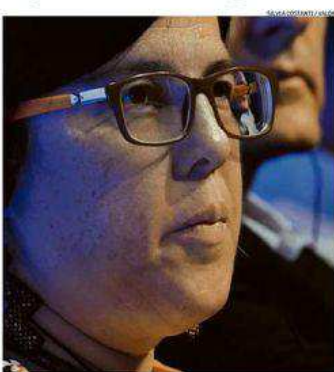
O que deve estar em foco é o que esteve em 2017, agora com mais força diante de um Executivo de pouco fôlego: as tentativas de enfraquecimento do licenciamento ambiental, de redução de unidades de conservação e dos direitos de índios e quilombolas.

"O pouco tempo que o Congresso irá funcionar será confuso com milhares de negociações, inclusive relacionadas às eleições. Isso coloca em pauta os temas socioambientais, que funcionam como moeda de troca", diz Adriana Ramos, coordenadora do programa de política e direito socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA).

A expectativa é que o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, seja o cargo em um mapa para concorrer a uma vaga na Sena. Sua sucessão não está clara. O advogado maranhense é bem avaliado pelos ambientalistas, considerando as circunstâncias do governo de Michel Temer.

Quanto à atuação da presidente do Ibama, Sueli Antão, não há dúvidas: ela restabeleceu a ação de comando e controle do órgão com investidas constantes contra madeireiros e garimpeiros ilegais na Amazônia. Em represália criminal, caros e prêmios do Ibama foram incendiados.

Ruralistas pediram a troca de Sarney e Sueli em várias ocasiões. "A perspectiva é de um ano de Executivo em baixa, sem capacidade de efetivar nenhuma política, cedendo a tudo e diante de um setor que se coloca desta maneira", continua Adriana, lembrando da polêmica em torno da Portaria do Ministério do Trabalho sobre a apuração de condições degradantes de trabalho.



Adriana Ramos, do ISA: "A perspectiva é de um ano de Executivo em baixa"

"Foi um tapa na cara dos direitos humanos. O agronegócio está esticando a corda no limite da irresponsabilidade", continua.

A Constituição faz 30 anos em 2018. "Há que se fazer uma revisão do que irá sobrar do ideário construído em 88 e que era uma soma de várias possibilidades de renovação do país", coloca Sérgio Leitão, diretor do Instituto Escolas. Os direitos indígenas à terra, a defesa ambiental, a questão feminista eram temas emergentes. O meio ambiente passou a receber tratamento institucional e houve grande salto no reconhecimento das terras indígenas.

"Mas agora está tudo em xeque", diz Leitão. "Podemos ir para qualquer lado", segue. "Mas está tudo lá, queimando no fogo do monturo", segue o advogado cearense citando expressão nordestina. Monturo é aglomeração de lixo em lugar de difícil acesso, mas o fogo queima sem que ninguém veja. "Estes temas estão vivos. E nas questões comportamentais que está a agenda da belicoidade — o que fazer com o aborto, com os direitos das mulheres e os LGBTQ. A visão de país tem diferenças abissais entre os vários grupos".

Márcio Santilli, sócio-fundador do ISA e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) diz

que "não se devem esperar facilidades em 2018". "Eventuais novidades", continua, "só em 2019".

Ano eleitoral, tradicionalmente, é fadado em três momentos pelos políticos, avalia Santilli. A primeira é grande no primeiro semestre, quando candidatos trocam apoios por ativos eleitorais, nomeações e emendas. A legislação sobre licenciamento ambiental pode ir a qualquer momento a plenário na Câmara, por exemplo. "As propostas na mesa são ruins", avalia. O espectro de interesses no tema é grande — da mineração à indústria, dos transportes aos planos energéticos.

Depois, durante a campanha eleitoral propriamente, o trabalho do Congresso desacelera. O fim de ano, que coincide com o fim dos mandatos, "é o salve-se quem puder do fim da feira", diz Santilli. Os movimentos sociais e ambientalistas observam estrategicamente a agenda do Supremo Tribunal Federal. Em fevereiro retomam-se julgamentos fundamentais, como da titulação de territórios quilombolas e a inconstitucionalidade de trechos do Código Florestal.

"São julgamentos lentos, alguns bem complexos e com decisões que podem ser muito importantes e estabelecer marcos jurídicos que permitam a reconstrução

ção das políticas públicas destes setores depois da eleição", continua. "Percebemos um empenho da presidente Carmen Lúcia (do STF) e de outros ministros em decidir sobre esta agenda", diz.

"O futuro do Brasil passa pela questão ambiental", diz Jaime Gesisky, especialista em política pública do WWF-Brasil. "Candidatos que não têm compromisso com esta agenda não podem ser eleitos", continua.

Ele lembra que a eleição presidencial será moldada no debate da economia. "É a oportunidade que temos de levar esta temática ao debate político", continua. Gesisky também ressalta o lado positivo de o país formar e eleger novos quadros nos postos de comando.

"O governo tentou reduzir áreas protegidas da Amazônia, como na Floresta Nacional do Jamanxim, ou entregar territórios bem conservados para a mineração, no episódio da Renca", segue o ambientalista. "O Executivo parou ter no Congresso sustentação para estas iniciativas. O cenário não se transforma apenas porque mudou o calendário".

Leitão defende uma discussão qualificada dos rumos de desenvolvimento do país em temas tão contemporâneos quanto o desmatamento zero ou o Pré-Sal. Também quer um diagnóstico dos nichos tecnológicos que o Brasil poderia explorar. O cientista Carlos Nodre, por exemplo, defende que o Brasil invista na bioeconomia, com os países latino-americanos olhando para seus recursos naturais como valores estratégicos.

Leitão, do Instituto Escolas, aponta as contradições das escolhas de desenvolvimento do país. Na Amazônia, os indicadores sociais são ruins. "Mas será falta de dinheiro?", provoca.

Alamaria, a cidade que abriga a mega hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, tornou-se a mais violenta do país. Manaus é carente mesmo se abriga há décadas a Zona Franca. O Pará ocupa o 11º lugar no PIB brasileiro mas é o 22º no Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. "Por simetria, não parece ser falta de recursos", diz. "O argumento que é preciso desmatar serve de biombo para os verdadeiros problemas internos da Amazônia".

OMS coloca SP como área de risco para febre amarela

De São Paulo, Brasília e Rio

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou todo o Estado de São Paulo como área de risco para a febre amarela. Em informe divulgado ontem, a entidade afirma que a decisão decorre do crescimento do nível de atividade do vírus da doença no território paulista desde o fim do ano passado.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) resolveu antecipar de 3 de fevereiro para o dia 29 deste mês a campanha emergencial de vacinação contra a doença. A campanha está prevista para 53 cidades paulistas consideradas áreas de risco.

A OMS recomenda que todas

as pessoas que pretendam viajar para qualquer ponto do Estado seja vacinada contra a doença com dez dias de antecedência. A OMS disse ainda que avalia a situação de forma permanente e que pode classificar outras áreas do país como área de risco a qualquer momento.

De acordo com a OMS, desde dezembro de 2016, marcos de 21 estados brasileiros e do Distrito Federal contraíram febre amarela. Foram 788 casos em humanos, com 265 mortes. Em São Paulo houve 21 mortes.

O Ministério da Saúde classificou a decisão da OMS como "excesso de zelo" e "ampliação da cautela". O ministro interino,

Antônio Nardi, afirmou que isso ocorre diante da impossibilidade de mapear, nos aeroportos, os destinos dos turistas que chegam ao Estado.

"É uma ampliação da cautela, um excesso de zelo que a OMS está colocando para que todos os viajantes internacionais que venham a São Paulo estejam vacinados", disse Nardi. A decisão da OMS foi tomada após reuniões com a Secretaria de Saúde paulista e o próprio Ministério na segunda-feira.

Além de São Paulo, a OMS passou a considerar como áreas de risco de contaminação de febre amarela a porção norte do Rio de Janeiro, o sul da Bahia e todo o Espírito Santo. Já estavam nessa

lista todos os Estados do Norte e do Centro-Oeste, além de Maranhão, Minas Gerais e partes dos Estados da região Sul, de São Paulo, da Bahia e do Piauí.

O secretário estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Luiz Antônio Teixeira Júnior, fez um apelo nesta para que a população procure os postos de saúde para se vacinar contra a febre amarela. O Estado confirmou quatro casos da doença neste ano, com três óbitos.

Segundo ele, até o momento não há necessidade de antecipar a campanha de vacinação fracionada prevista para começar no dia 19 de fevereiro pois existem doses suficientes em todos os municípios. (Folhapress e Agência Brasil).

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Abert A6	BNDES A4, A5	A10, A11	Huawei B4	Musk SpaceX A6	Sociedade Générale C1
Advent B2	BAP Parais C1	Embraer A3	IBM B4	Nestlé B1	Sociedade Montale B5
Airbus A9	Boston Consulting B4	Emispa B3	Infra B4	Nissan A9	Sophia B4
Algora B8	Brooks A3, B2	EY A6, B2	Itaú A3, A4, C1, C8	Norauto C1	Statist B3
Alibaba B4	BTG Pactual A3	Exxon B1, B4	Itaú B5, C2	Nvidia B4	TOP B2
Alcatraz B5	BTG Pactual A3	Fator C2	Itaú B5, C2	OMS A12	Tencent B4
Alphaville B2	CAC A7	FCStone B6, B8	J.P. Morgan C2	Orb B5	Terminal Link B2
Amazon B4	Capel B8	Ferrari B1	JBS A7	Pentagon C1	Tobacco A9
Amorim B4	Celular B5	Fiat A3	Jost C1	Petrobras A3, A5, A6	Ti B2
APM B2	Celular B5	Fluor B1	Lazard B2	Pharm B5	Tokio B4
Apple A9, B4	Celular B5	Garber B1	LDA A5	Phibro Neo A6, C3	Toshia A9
Arquiteto A5, B3	Celular B5	GE B1	Livro B2	Proder B4	TOP B4
Arquiteto A5, B3	Celular B5	General Motors A9, B4	Moers A2	PwC B1	Uber B4
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Gerdau A5	Mattar Filho C8	Qualcomm B4	Unibic A3, C1, C2
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Gil C2	Mazda B1	Unilever A3	Unilever A3
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Google B1, B4	Mettler C1	Regatta B2	Unilever B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Mercurio Line C8	Rodrigue C8	Vale A3
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5
Arquiteto A5, B3	Celular B5	Grain A3	Ministry B1	Safeway B4	Vivo B5